Certificação de jogo: quantos títulos manter por provedor

iGBRASIL

Notícias · Utilidades · Recursos para operadores de iGaming

Jogos & Cassino · Estratégico

Certificação de jogo: quantos títulos manter por provedor

Como montar o inventário jogo a jogo, cruzar com receita por jogador e decidir o estado contratual de cada provedor e agregador antes de pagar mais um mês de catálogo parado

Por Redação iGBRASIL, Redação

Publicado em 22/10/2026 às 14h05

· 10 min de leitura

Por que importa

O custo de manter 400 a 900 títulos integrados em standby é despesa contínua que não depende do desfecho da MP 1.394/2026 e pode ser renegociada agora, contrato a contrato.

Sem dossiê por jogo — versão, laboratório, RTP configurado — a operadora não consegue provar em auditoria que o jogo em produção é o jogo certificado.

A decisão entre suspensão quente, suspensão fria e rescisão define quanto custa e quanto demora religar o catálogo se o cassino online voltar a ser permitido.

Certificação de jogo: quantos títulos manter por provedor

A pergunta que este texto responde é operacional e cara: quantos jogos a operadora precisa manter certificados e contratados por provedor e por agregador — e como provar, jogo a jogo, quais sustentam a receita por jogador. Quem decide isso é o diretor de produto de cassino, com o jurídico ao lado e o financeiro cobrando a linha de custo do catálogo.

O contexto brasileiro torna a pergunta urgente sem torná-la circunstancial. A MP 1.394/2026 proibiu a operação e determinou o encerramento em 30 dias (Senado Notícias, 28/09/2026); a proibição entrou em vigor em 6 de outubro de 2026 (Yogonet Brasil) e a via judicial não funcionou como válvula de escape — a Justiça derrubou liminares que permitiam a atuação de operadoras e restabeleceu a vedação. A medida segue em tramitação, com 92 emendas e prazo final em 23 de novembro, e parte delas converge para proibir especificamente o cassino online.

Ou seja: o catálogo de cassino é hoje o ativo de maior risco binário da casa. Ou volta com exigência de prova por jogo, ou não volta. Em qualquer dos dois cenários, a conta de manter centenas de títulos integrados e ociosos se paga ao ser refeita agora.

Resumo executivo

Jogo não é unidade de catálogo: é unidade de contrato e de prova. Cada título tem estúdio, agregador, versão/build, relatório de laboratório e RTP configurado.

A cadeia tem três camadas — operadora, agregador, estúdio. Catálogo grande quase sempre significa dependência de agregador e rev-share que já embute a fatia do estúdio.

A receita por título é concentrada: cortar a cauda longa que não paga a própria certificação é a decisão de curadoria mais rentável disponível.

Em standby existem três estados contratuais distintos: suspensão com manutenção de integração, suspensão fria e rescisão. A diferença entre os dois primeiros é a decisão real deste trimestre.

O dossiê de prova por jogo precisa viver em repositório da operadora, não no portal do agregador — ao encerrar o contrato, a prova vai junto.

A cadeia tem três camadas, e o contrato que você assinou esconde uma delas

Operadora, agregador, estúdio. Quem assina com o agregador normalmente contrata um rev-share sobre o GGR do jogo que já embute a remuneração do estúdio — simplicidade operacional, margem menor e uma dependência que só aparece no dia da saída. Quem assina direto com o

estúdio tende a pagar menos por título, mas assume integração, certificação e manutenção de cada jogo, um a um.

A consequência prática é simples de enunciar e difícil de desfazer: catálogo grande é sinônimo de dependência de agregador. Não há time de produto que integre 600 títulos direto com 40 estúdios e sustente o controle de versão de todos. O preço dessa conveniência é que a camada intermediária detém o relacionamento com o estúdio, os relatórios de certificação e, com frequência, os dados de rodada.

Camadas novas continuam entrando por cima dessa estrutura. Em 13 de outubro de 2026, a Infingame lançou uma solução de jackpot que integra o prêmio a jogos de fornecedores distintos (Yogonet Brasil) — exemplo de produto que cria uma terceira parte no contrato e um passivo financeiro que sobrevive ao fim da relação com o agregador. O tema se conecta diretamente com o que já discutimos sobre quem fica com o pote do jackpot progressivo no encerramento.

Jogo é unidade de prova: o que a certificação cobre e o que invalida

A Lei 14.790/2023 é o marco da exploração de jogos online pela operadora autorizada. A Portaria SPA/MF nº 1.207, de 29 de julho de 2024, é a norma que dispõe sobre os jogos on-line e os estúdios de jogos ao vivo, anunciada pelo Ministério da Fazenda em 30/07/2024 como a portaria com regras para jogos on-line. Antes de citar qualquer exigência específica em documento interno ou em resposta a órgão regulador, leia o dispositivo no DOU: redigir de cabeça sobre certificação, RTP e registro de versão é exatamente o erro que aparece em auditoria.

Independentemente do texto brasileiro, a lógica técnica da certificação é estável em qualquer jurisdição madura: o laboratório acreditado testa uma build específica de um jogo, com um RNG específico e um RTP configurado dentro de uma faixa. Reino Unido, Espanha e Malta operam sob esse princípio de controle de versão — mencionado aqui como comparação internacional, não como regra brasileira.

Daí decorre a regra que mais custa dinheiro quando ignorada: trocar a versão do jogo invalida a prova anterior. Muitos títulos têm RTP configurável em faixas pelo estúdio. Se o agregador atualiza a build ou reconfigura o RTP sem que a operadora registre a mudança, o jogo em produção deixa de ser o jogo certificado — e a operadora descobre isso diante do auditor, não antes.

Passo 1: inventariar por jogo, não por provedor

Certificação de jogo: quantos títulos manter por provedor

A planilha que o time de produto costuma ter é por fornecedor: nome do provedor, número de jogos, rev-share. Essa planilha não resolve nada. A unidade útil é o título.

Título, estúdio de origem e agregador pelo qual entra

Versão/build em produção e data da última atualização

Laboratório e data do último relatório de certificação

RTP configurado e faixa permitida pelo estúdio

Status contratual atual: ativo, suspenso quente, suspenso frio, rescindido

Participação em jackpot em rede ou torneio cross-provider

Esse inventário é o insumo de tudo o que vem depois. Sem ele, a renegociação com o agregador acontece no escuro e a decisão de corte vira opinião.

Passo 2: cruzar com receita — e medir por jogador, não por total

iGBRASIL

Com o inventário pronto, puxe dos últimos 12 meses de operação ativa: GGR por título, jogadores únicos por título, GGR por jogador ativo e — a métrica que quase ninguém calcula — sobreposição de audiência, isto é, quantos jogadores daquele título não jogam mais nada no catálogo.

A receita por jogador vem de três alavancas, nessa ordem: frequência de sessão, aposta média por rodada e volatilidade/RTP efetivo do mix jogado. O catálogo influencia as três, mas o que a operadora controla de fato é o mix exposto no lobby, não o comportamento do jogador. É por isso que a métrica de decisão é a variação do GGR por jogador ativo quando um título sai da vitrine, e não o GGR absoluto do título.

Passo 3: quatro baldes e o custo total de cada um

BaldeCritérioDecisão contratual

NúcleoGGR do título cobre sozinho rev-share, certificação e manutençãoManter quente: integração viva, dossiê atualizado

Certificação de jogo: quantos títulos manter por provedor

RetençãoGGR baixo, mas audiência exclusiva alta (coorte que só joga aquele título)Manter quente ou esfriar com prazo curto de reativação

RedundanteMesmo público do núcleo, sem incremento de GGR por jogadorEsfriar: suspensão sem fee, aceitar reativação em semanas

MortoSem jogadores relevantes e com custo fixo associadoRescindir, após resolver jackpot em rede e posse da prova

Classificação de títulos e decisão contratual correspondente

Em cada balde, lance o custo completo por título/ano: rev-share, mínimo garantido (MG), fee de integração, custo de certificação e de eventual re-certificação, e custo de manutenção em standby. É nesse momento que aparece o item mais indefensável de todos — MG contratado com estúdio sem operação ativa é custo puro durante a proibição.

Faixas de rev-share e preços de certificação são contratuais e não públicos. Qualquer número que circule em apresentação interna precisa estar atribuído a quem o declarou, com data. Tratar faixa de mercado como se fosse referência auditável é como a operadora acaba defendendo em mesa de negociação um preço que nunca existiu.

Passo 4: os três estados de standby — e por que a diferença é a decisão real

EstadoCusto recorrentePrazo de retomadaExigência técnica na volta

Suspensão com manutenção de integraçãoFee reduzido, negociadoDiasValidação de build; dossiê preservado

Suspensão friaSem feeSemanasRe-integração e, conforme o contrato, novos testes

RescisãoZeroRecontratação integralCertificação e integração do zero

Estados contratuais em período de operação suspensa

A escolha entre os dois primeiros estados é a decisão concreta que o diretor de produto tem em mãos — e ela se paga independentemente do que o Congresso decidir até 23 de novembro. Vale o mesmo raciocínio que aplicamos ao custo de sportsbook terceirizado entre suspender e rescindir: o que define o aditivo não é a expectativa regulatória, é o custo de carregar a opção.

Escreva a decisão em aditivo, com gatilho objetivo — "retomada da autorização pela SPA/MF"

ou uma data-limite —, não em e-mail de account manager.

Passo 5: as cláusulas que decidem quanto custa religar

Prazo contratual de reativação por provedor, em dias úteis, com penalidade por atraso

Quem paga a re-certificação na retomada: operadora, agregador ou estúdio

Propriedade dos dados de jogo e do histórico de rodadas, com formato e prazo de entrega

Destino do saldo de jackpot em rede e de torneios cross-provider em curso

Exclusividade residual que impeça contratar o mesmo estúdio por outra via

Entrega dos relatórios de laboratório em arquivo, não apenas em acesso a portal

O último item é o que mais machuca na prática. Deixar o relatório de certificação hospedado no portal do agregador significa que, ao encerrar o contrato, a prova vai junto. O dossiê por jogo — relatório, versão, RTP — precisa viver em repositório que sobreviva ao desligamento da plataforma, pela mesma lógica que recomendamos na exportação de dados do PAM antes de desligar.

iGBRASIL

Erros que aparecem sempre na mesma ordem

Suspender o agregador inteiro e descobrir que a reativação exige re-certificação paga de todo o catálogo.

Cortar por GGR absoluto e derrubar o título que segurava sozinho uma coorte de jogadores.

Comunicar RTP teórico como se fosse RTP efetivo do período — número que o relatório não sustenta.

Trocar a build sem atualizar o dossiê: o jogo em produção deixa de ser o jogo certificado.

Tratar jackpot em rede como funcionalidade, quando é obrigação financeira com terceiros.

Manter mínimo garantido de estúdio com operação parada, por inércia de renovação automática.

O que medir a partir de agora

Certificação de jogo: quantos títulos manter por provedor

GGR por jogador ativo, por título e por balde, e a variação ao retirar um título do lobby

Concentração: percentual do GGR vindo do top 10 e do top 50 títulos

Audiência exclusiva por título — jogadores que não jogam mais nada

Custo total por título/ano (rev-share + certificação + manutenção) contra o GGR do título

Rodadas por sessão e aposta média por rodada, por segmento, para separar efeito de catálogo de efeito de bônus

Tempo e custo estimados de reativação, em dias e em reais, medidos por provedor

Percentual do catálogo com dossiê de prova completo e versão conferida

Catálogo grande nunca foi diferencial competitivo: é passivo contratual com aparência de vitrine. A pergunta certa não é quantos jogos a casa tem, é quantos ela consegue provar.

Síntese editorial iGBRASIL

O lobby de retomada se desenha antes, não no dia do religamento

Se o cassino online voltar a ser permitido — hipótese que depende da conversão da MP 1.394/2026 e das emendas em análise, sem definição até 23 de novembro de 2026 —, a operadora que tiver o inventário, os baldes e os aditivos prontos religa em dias. A que não tiver passa semanas em re-certificação, pagando pelo que já havia pago.

Deixe definidos, por escrito: ordem dos títulos no lobby, critérios de destaque, regra de rotação e quais jogos entram no primeiro dia. Some a isso o acompanhamento do risco regulatório — há relato de imprensa setorial, de 05/08/2026, sobre portaria interministerial em preparação que ampliaria restrições ao setor; é informação de imprensa, não texto publicado, e entra no mapa de risco, não no plano de conformidade. O calendário formal do que continua obrigatório está detalhado em obrigações SPA/MF e quem assina cada uma.

A curadoria de catálogo, no fim, é um exercício de prova. Cada título que fica precisa justificar três coisas ao mesmo tempo: receita por jogador, custo total anual e um dossiê que o auditor consiga abrir. O que não justifica as três sai — e sai com cláusula de saída escrita, não com silêncio contratual.

Certificação de jogo: quantos títulos manter por provedor

Monte o inventário antes da próxima renovação

Acompanhe a cobertura do iGBRASIL sobre contratos de provedores, certificação de jogos e o desfecho da MP 1.394/2026 para decidir cada aditivo com dado na mão. Para receber a análise do que muda para operadores, assine a newsletter do iGBRASIL.

Assuntos:

Cassino online · Compliance · Contratos · MP 1.394/2026 · Provedores de jogos · SPA/MF

Fonte original:

https://igbrasil.com/noticias/jogos-cassino/certificacao-de-jogo-quantos-titulos-manter-por-provedor

Documento gerado em 28/10/2026 às 22h17.

Reprodução permitida mediante citação da fonte e link para o endereço acima.

© 2026 iGBRASIL. Conteúdo destinado a maiores de 18 anos.